

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte três, reuniram-se de forma on-line para a 1ª Reunião Extraordinária do Pleno, os membros do Conselho Municipal de Educação: Aldren da Cruz Singer de Mello, Angela Pereira Branco, Ana Lucia Rodrigues, Carolline P. de Araújo Maia Clicie Maria C. Negoseki, Domingas de F. C. Amaral, Fábio Braun, Izala Sidinéia Ramos Pampuch, José Roberto Eduardo, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marilette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Mônica Taís Neves da Silva, Queila Cristina I. B. Martins, Rodrigo Cardozo Gomes, Sônia Regina C. Mafra Stela Regina G. Wontroba, Tatiane Fátima Kusma e as convidadas: Fabíola Perdigão Flor, Rosiani e Delma.

A Primeira Reunião Extraordinária de 2023 inicia com a Presidente Ana Lucia Rodrigues fazendo a chamada dos Conselheiros presentes: Ana Lucia, presente; Carolline, ainda não entrou; Luiz Carlos, Clicie, Marilette, Marinês, Izala não entrou ainda, Angela, Tatiane, José, Juliana, Fatima Amaral, Queila, Marilza, Mônica, Stela, Sônia, Fábio, Rodrigo, Aldren e os convidados Fabíola, Rosiani e a Delma. Na sequência da pauta, os conselheiros que justificaram suas faltas foram: Maria Madalena, Dheborá, Isabel, Fátima Batistão, e Carmen. A Presidente Ana Lucia coloca que é importante a justificativa de ausência, pois na última reunião que foi no gabinete da Prefeita, ela atentou sobre isso, quando o conselheiro falta demais, acaba perdendo os assuntos então não faz sentido ter as pessoas sempre faltando nas reuniões do Conselho, foi feito um levantamento de faltas para verificar, e o regimento diz que no parágrafo 1º, art, 8º “Perderá o mandato o conselheiro que faltar em 3 reuniões consecutivas, sendo Ordinária, extraordinária, ou de Câmaras, sem justificativas, no período de 1 ano civil, ou se afastar por um tempo superior a 120 dias.” Temos 4 conselheiros nessa condição, com 3 faltas injustificadas. “Entrarei em contato com essas pessoas, no caso do Robson houve um erro, eles fizeram uma nova eleição elegendo ele novamente, e justificaram que o erro foi deles, ele se afastou e o segmento acabou não informando o Conselho. Será feito contato com os Conselheiros e com o segmento para verificar o que vai ser feito, tivemos novas indicações para o Conselho, estamos aguardando o prazo final, o CMDCA encaminhou dois Conselheiros, o Eliel Dantas de Almeida, ele já estava no nosso Conselho, e a Juliana Canassa como suplente, a Câmara tinha feito um encaminhamento e agora mudou a pessoa que iria substituir a Aldren, era a Camila, foi lido na reunião anterior, mas eles acabaram trocando, porque eles não tinham feito a ata, a gente cobrou, porque em alguns seguimentos precisa da ata de eleição, é isso que diz a legislação, então foi encaminhado o nome do Claudio da Silva Primo, que fará parte da representação da Câmara. Recebemos também do FUNDEB e do sindicato, do FUNDEB recebemos a indicação do Rodrigo e do Thiago como suplente, já conversei com a Marilza, além da ata, a pessoa tem que estar presente, porque a PGM faz essa verificação, já vai sublinhado tudo para eles, senão eles devolvem, já aconteceu isso, se não tiver todos os dados

corretos, eles não fazem a nomeação, já temos várias indicações, vamos pedir isso com urgência, mas ainda vai ficar faltando outros para encaminhar depois, foi dado um prazo e amanhã eu já quero fazer esse encaminhamento para a PGM.” A Conselheira Marilza coloca no chat que irá refazer, pois o Thiago não pode comparecer no dia da reunião. A Presidente Ana Lucia coloca que a pessoa não pode nem ser colocada para votação se não estiver presente, a menos que tenha um documento dizendo que está se colocando para fazer parte, e nem fazer uma indicação sem conversar com a pessoa, porque são recebidos os dados da pessoa: RG, CPF, telefone, email, e se a pessoa não se colocou, está infringindo a lei LGPD, “essa orientação a gente recebeu lá no MEC, quando teve a eleição para Presidência do Conselho Nacional de Educação, porque uma entidade queria colocar uma representante para participar da eleição, mas ela não estava presente e não encaminhou nada dizendo que ela tinha interesse em participar, então teve que chamar o jurídico do MEC, eles vieram e falaram para nós que não podiam indicar uma pessoa se a mesma não estivesse presente e sem ter um documento dela manifestando interesse, porque infringe a lei, vai que essa pessoa não queria ser indicada, porque é feito o encaminhamento com todos os dados e ficam disponíveis para o Conselho. Temos que ter bastante cuidado em relação a isso, se não aparece o nome, a gente não pode fazer o encaminhamento, e se não for conversado antes, também não pode ser indicado, e os documentos dela não pode ser indicados se não houver isso.” A Presidente Ana Lucia explica que os Conselheiros tem perguntado, o caso da Fabíola é o mais demorado, mas ela pode participar, pode falar, só não pode votar porque ela é suplente, mas será feito o encaminhamento com pedido de urgência. A Conselheira Mônica pergunta para qual segmento o Eliel Dantas e a Juliana Canassa estão sendo indicados? A Presidente Ana Lucia responde que é pelo CMDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Conselheira Mônica pergunta se as indicações precisam ser feitas todas juntas, não pode ser separado? A Presidente Ana Lucia responde que não, porque vai um decreto e depois tem que sair um decreto da Prefeita, é encaminhado com uma minuta, com todas as nomeações, a não ser que seja apenas um caso, mas como são várias nomeações, eles pedem para mandar todas juntas, tem que encaminhar para a SEMED, a SEMED encaminha para a PGM, a PGM faz toda a análise e emite um decreto para a Prefeita assinar. A Conselheira Mônica pergunta se até o mês de maio já vai ser possível? A Presidente Ana Lucia responde que acredita que sim. A Próxima é referente ao LRCOM – Livro registro de classe on-line do Município. A Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício nº 201 da SEMED que solicita o Parecer do Conselho para dispensar os estudantes das 54 unidades, 2 horas por período, no dia 04/04/23, período da manhã, aula até as 09h30 e período da tarde aula até as 15h, e para complementação da carga, será encaminhada atividades pedagógicas para a casa. A Presidente Ana Lucia explica que: “os pedagogos que receberam o treinamento, precisam fazer o encaminhamento dentro da escola, poderia fazer na permanência ou no horário normal, mas é complicado, na verdade o que se quer é ter o grupo de professores,

para todos receberem a mesma orientação, no ano passado tínhamos a deliberação referente a pandemia, mas era só para o ano letivo de 2022 que falava que a dispensa seria somente em caso de pandemia com a complementação de carga horária, para este ano, não temos, temos ainda 1 dia, mas na quinta feira temos a previsão da dispensa como ponto facultativo, com isso ficaria 200 dias letivos, se houver a dispensa ficariam essas duas horas para serem repostas, e o que está se pedindo é que seja repostas com atividade complementar para a casa, para Ensino Fundamental, não é o único Município a fazer isso, Araucária fez, até liguei, tem outros Município com interesse em fazer também e isso seria bem importante, foi solicitado apenas para o Ensino Fundamental. A Conselheira Clície coloca que a Escola Ilza de Souza Santos também está fazendo a formação para o LRCOM, e como ela não participou do treinamento, não estava sabendo da solicitação de dispensa do Fundamental, mas que gostaria de verificar com a Mariana se ela tem interesse, pois também estava fazendo a formação, e como lá os professores são surdos, para passar para eles a informação, a situação é mais delicada. A Presidente Ana Lucia coloca que não tem problema porque o registro do Ilza está como Ensino Fundamental na modalidade, então não tem problema. “quando a gente recebe o documento a gente acredita que já foi acertado no grupo, estava só com a questão da Sara, mas já foi conversado e elas terão um momento para poder fazer isso, acabei de receber a confirmação sobre o ponto facultativo, vai sair amanhã do diário, então ficaremos com 200 dias, vamos usar esse um dia a mais para não ter que fazer reposição e ficam só essas duas horas.” A Conselheira Mônica diz que conversou com algumas colegas na Escola e algumas acham que essas duas horas sejam suficientes, mas outras tem mais dificuldades em relação a tecnologia, tem algumas professoras que são mais idosas e que vão ter mais dificuldade, “talvez 4 horas, nós temos a dificuldade logística na zona rural em relação ao transporte, aqui na Francisco Xavier o transporte vem e busca as crianças do Estado e também da Municipal, como que esse transporte iria funcionar em apenas 2 horas no período da manhã e no período da tarde? Como que eu iria levar a Stela as 15h30 para a Escola particular e depois voltar para fazer a formação? Então seria possível expandir para 4 horas para que fosse mais qualitativo, tanto para os profissionais quanto para os pedagogos e que essa reposição fosse feita pó atividade mesmo, sem necessidade de repor esse dia letivo.” A Presidente Ana Lucia responde que até por outras questões, foi conversado com a Diretora do Fundamental e ela me falou que essas duas horas nesse momento e não 4, até porque não tem equipamento e pensaram em outro momento, caso tenha necessidade, porque não tem equipamento suficiente para ficar a tarde toda e atender todos os profissionais, não receberam todo o equipamento, “a Rosiani está aqui como convidada, se quiser fazer alguma colocação, mas eu cheguei a perguntar para a Diretora do Fundamental se duas horas era possível, senão seria a as quatro, ela disse que nesse momento as duas horas eram suficientes.” A convidada Rosiani esclarece que foi solicitado as duas horas, pensando na questão de que os pedagogos já estão fazendo essa orientação nas permanências dos professores,

já iniciaram isso, essas duas horas seriam para um fechamento e ter todo o grupo em um dado momento, por isso foi solicitado duas horas, mas sobre o caso do transporte eu não sei como manifestar. A Conselheira Juliana pergunta se essa formação seria presencial ou on-line? Se fosse on line, facilitaria a logística. A Presidente Ana Lucia responde que será presencial. A Conselheira Juliana coloca que tem a questão do deslocamento, então não daria nem 2 horas de formação. A Presidente Ana Lucia explica que será no horário normal de aula, no período da tarde depois das 15h, tem o intervalo de 15 minutos e então já começa a formação com os pedagogos da Unidade. A Conselheira Juliana diz que agora entendeu, será com os pedagogos da Unidade. A Presidente Ana Lucia coloca que é só um momento com o grupo para tirar todas as dúvidas. O Conselheiro José diz que em relação ao transporte, há um problema, porque o transporte não consegue voltar com essas crianças antes e depois voltar para buscar os alunos do Estadual, não teria como fazer duas vezes o atendimento, então em relação a isso, o transporte seria um problema. A Presidente Ana Lucia pede para a Rosiani discutir isso com a Diretora, enquanto segue a pauta, e depois retorna com o assunto. O Conselheiro José pergunta se não seria possível dispensar os alunos no período todo, nos dois períodos em que os professores estiverem fazendo a formação? A Presidente Ana Lucia coloca novamente que quando conversou com a Diretora, ela também achava que precisava de um período inteiro, mas que não pensou nem no transporte, mas sim no trabalho com os professores, para poder sentar, e verificar, “porque eu sou pedagoga, e sei o quanto é importante, ainda mais que é uma mudança muito diferente do que estão acostumados, então a Rosiani vai ali conversar com a Diretora do Fundamental, eu achei que teria sido conversado com todos, mas não foi conversado a questão do transporte, mas acredito que dá tempo até terminar a nossa reunião, para a gente ver se tiver que liberar só meio período ou se tiver que liberar as 4 horas, que seja o melhor, lembrando Rosiane que o ponto facultativo é 04/04, não é 14/04, é uma terça feira dia 04, lembrando também que a prefeita vai dar ponto facultativo, eu recebi do gabinete dela.” A Conselheira Mônica coloca que há muitos conteúdos acumulados e que vão ter que ser passados, e se a formação abranger umas 2 ou três horas, essa hora restante os professores podem aproveitar para passar esses conteúdos para o sistema, e já coloca em prática o que foi aprendido, pois são muitas coisas para passar e essas 4 horas seriam bem aproveitadas pelos profissionais. A Presidente Ana Lucia coloca que também foi levantado isso, mas a preocupação era os equipamentos, se todo mundo iria conseguir sentar, porque são poucos. A Conselheira Mônica diz que acredita que sim, pois é possível acessar o LRCOM pelo celular, e todo mundo tem um celular. A Presidente Ana Lucia diz que há pessoas que estão se negando a entrar pelo celular, baixar o aplicativo. A Conselheira Mônica diz que ela conseguiu entrar sem baixar o aplicativo, dá para entrar no site e colocar o login e senha e preencher, não precisa baixar nada. A Conselheira Marillette afirma que é bem tranquilo e realmente não tem que baixar nenhum aplicativo, só digitar o endereço do site e colocar o login que é o CPF, e a senha e já abre a

plataforma. A Conselheira Mônica coloca que as poucas pessoas que se negarem, é só oferecer o computador para elas, porque vão ter que colocar em dia esse trabalho, os registros e os conteúdos vão ter que ser colocados no sistema, então essas 4 horas poderiam ser utilizadas para isso. A Conselheira Leila coloca que para ela, enquanto mãe, também ficaria complicado levar para ficar só duas horas, “eu não levaria o Rafa neste dia para a Escola.” O Conselheiro Fábio também coloca que está muito em cima da hora para os pais se programarem. A Conselheira Juliana pergunta se os tablets já não estão comprados? Tem previsão de entrega? A Conselheira Clície coloca que os tablets estão chegando por etapas, terá um cronograma de entrega e acredita que até o começo de abril e final de maio, uma boa quantidade de unidades já tenha recebido os tabletes, e complementa que se baixar o aplicativo do LRCOM, dá para trabalhar Off-line, e depois descarregar com o Wi-fi da Escola, e que “muitos professores do Estado fazem uso do aplicativo nesse sentido, não utiliza os seus dados móveis e depois descarregar no wi-fi da Escola, e referente ao transporte, a Escola Ilza também utiliza, e é o mesmo utilizado pela Madre Paulina e pelo CEMITRA, A Madre Paulina neste momento não entra na modalidade do LRCOM, mas se forem somente 2 horas, teremos um complicador na hora de ir levar e buscar essas crianças, ficaria bem inviável, acredito que os pais vão acabar não levando os filhos para a Escola.” O Conselheiro Fábio pergunta se é possível alterar a data? ”Pois está muito próxima a data, devido ao feriado, poderia ser no dia 10 ou na outra semana.” A Presidente Ana Lucia coloca que já vai verificar isso também e pergunta para a Conselheira Ana Lucia se já tem a data prevista de entrega desses primeiros aparelhos. A Conselheira Angela responde que já foi recebida uma grande quantidade de tablets, mas que os mesmos precisam ser patrimoniados foi pedido uma agilidade para o pessoal do patrimônio, e que estão aguardando isso, e depois provavelmente o secretário vai fazer a liberação desses aparelhos. A Presidente Ana Lucia coloca que: “a Cris não queria demorar muito para fazer essas orientação, para não acumular mais ainda, a Rosiane já foi lá conversar com ela e a Vanessa poderia ir lá falar da data, acho que o ideal seria mesmo 4 horas, as famílias se organizam melhor quando é sexta ou segunda-feira, mas precisa ter o agendamento, a Rosiani tem alguma resposta?” A Rosiani coloca que: “a questão da data, a Cris também acha que está bem em cima, mas nós gostaríamos de abrir para vocês a questão do anseio e da angustia das Unidades em estarem repassando isso para os profissionais, porque o tempo está passando, e a demanda de trabalho para lançamento de dados no sistema, fica cada vez maior, e com relação as 4 horas, qual seria a proposta de reposição dessas horas então? Essa foi a pergunta que a Cris me fez?” A Presidente Ana Lucia diz que como já vai ter o ponto facultativo, temos que pensar em uma reposição de 4 horas. A Conselheira Mônica coloca que: “teria que ser uma reposição com conteúdo também, pois os profissionais vão estar comprometidos em um trabalho pedagógico para as crianças, e esse trabalho com o LRCOM, já estava previsto desde o ano passado, já era para ter sido dada a formação para nós, foi protelado esse trabalho, e agora, como sempre, a toque de caixa a gente

está recebendo, como todo ano acontece, o professor fica escrevendo em papéis, e depois chega o livro de chamada em março, se a gente tivesse começado em fevereiro com as formações, pois esse modelo já é vigente no estado, a gente já poderia estar colocando em prática.” A Presidente Ana Lucia coloca que 4 Unidades fizeram esse trabalho inicial o ano passado, sempre que se faz um trabalho inicial, é para avaliar como que isso iria caminhar, então não tinha como fazer o ano passado, pois teria que ser retomado esse ano, então fez a adesão para todas as unidades. “o início eu sei que é complicado, no início do ano seja on line ou presencial, o livro chega tarde, mas eu não vejo o porquê não ser as 4 horas com reposição, temos como justificar nessa questão de formação, em nenhum momento estamos pensando em sacrificar, eu acho muito importante para o Município e para os professores.” A Conselheira Mônica pergunta: “Mas reposição com um dia letivo?” a Presidente Ana Lucia responde que: “não, com atividade pedagógica.” A Presidente também justifica que não teria como ter começado toda a explicação do LRCOM no ano passado, porque teria que fazer a avaliação com o estado e com os Municípios, “eu sei porque sou membro do Educa juntos e eles fazem isso, é uma das coisas que ele solicita, e a questão da adesão foi muito importante para o Município, a primeira conversa que eu tive com o Secretário Aldrian quando ele entrou, foi para sair desse livro de registro, onde tem que escrever e o pedagogo tem que revisar, e como a gente tem a internet, é importante ter on-line, ele concordou, e isso era uma das propostas que ele tinha como projeto de trabalho nesta gestão, e agora foi colocada em prática e irá para todas as unidades e logo vai chegar para os CMEIs. A Queila colocou no chat que no dia 10 já tem a dispensa da Educação Infantil, então poderia utilizar o dia 10 para fazer também a dispensa das crianças do Fundamental, para as famílias é melhor.” A Presidente reforça que as coisas novas demoram mesmo, o importante é estar saindo do livro registro. A Rosiani coloca que “referente às atividades o Departamento ficaria bem satisfeito se pudesse fazer com as atividades pedagógicas para a casa, pois é mais tranquilo para os professores e para as Unidades e esclarece que o Estado tem um calendário diferente, então eles organizam toda a parte deles, e nós somos os Municípios parceiros do Estado, o nosso prazo abriu em fevereiro para a adesão, por isso só conseguimos começar a formação em março, as escolas piloto que fizeram desde o ano passado, já puderam começar desde o início, as matriculas organizadas no SERE esse ano, já puderam iniciar o LRCOM, esse já foi um avanço gigantesco para toda rede. E referente a sugestão do dia 10, o departamento já tem agenda, prevista em calendário, mas se for um consenso da maioria e indicação do Conselho, nós se adaptamos.” A Conselheira Juliana coloca que iria falar sobre a formação, mas a Rosiani já explicou, então sugere que seja feito no dia 05/04/23, pois já emenda com o ponto facultativo e facilita para os pais. A Presidente Ana Lucia coloca que tem a situação da Educação Infantil que para dia 10, e daria um tempo maior. A Conselheira Juliana pergunta se eles conseguirão participar das coisas? A Conselheira Queila coloca que a reunião pedagógica já é prevista no calendário e tem toda uma organização de pauta e vai haver a dispensa dos alunos no dia

10/04/23, logo após o feriado. A Conselheira Marilza coloca no chat que na Educação Infantil foi combinado que no dia 10 será trabalhado LRCOM e também na hora atividade. A Presidente Ana Lucia explica que na Educação Infantil já terá no dia 10 e para os pais é melhor que as crianças sejam dispensadas no mesmo dia, se ficar o Fundamental no dia 05 e o Infantil no dia 10, fica ruim para as famílias, então se o departamento pode se readaptar e fazer essa dispensa, fica melhor, e não complica a questão do transporte. A Presidente Ana Lucia coloca então para votação no chat questão da dispensa, quem prefere que seja 2 horas e quem prefere que sejam 4 horas, Ana Lucia coloca também que foi recebida a carta de desligamento do Sr. Afonso, e a indicação dos representantes do CAE já foi recebida e lida na reunião passada, foi recebida também a carta de desligamento da Miliana, e assim que o Conselho estiver composto com os novos representantes, será feita a eleição para vice-presidente. O conselheiro Luiz coloca as opções no chat: opção 1, 2 horas de dispensa e opção 2, 4 horas de dispensa. Na sequência é feita a contagem dos votos, a maioria optou por 4 horas de dispensa. A Presidente Ana Lucia vai para a próxima votação, perguntando para cada Conselheiro titular se a reposição seria melhor com atividade pedagógica para casa ou atividade presencial, a maioria opta para que seja feita com atividades remotas para a casa. A Próxima votação a Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário de que seja dia 10 de abril o treinamento e dispensa dos alunos? Ninguém se manifestou contrário. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta sobre a solicitação da SEMED de dispensa do período integral para alunos de 0 a 3 anos, o ofício 204/2023 da SEMED é posto em tela e lido. O Conselheiro Fábio sai da reunião, a Presidente Ana Lucia agradece a disponibilidade e coloca que a suplente Leila, pode votar. Referente ao ofício lido, Ana Lucia coloca que essa solicitação será enviada para a Câmara de Educação Infantil, porque envolve a Deliberação que está sendo estudada pela Câmara e para fazer essa dispensa precisa ter critérios, não é um problema tão grande, mas precisa ir para a Câmara estabelecer essas questões. A Conselheira Mônica pergunta se o fato do pai poder ficar mais tempo em casa com as crianças, não abriria para outras crianças também? Não seria melhor para o Município? A Presidente Ana Lucia responde que a Câmara está estudando isso, e que trará na próxima reunião. A Conselheira Queila complementa que já aconteceu isso em 2015, pela manhã tinha uma turma e à tarde outra, porque as famílias pediam. A Presidente Ana Lucia coloca que a preocupação é que se hoje um pai precisa só de meio período e depois consegue outro emprego e quer deixar o dia todo, precisa haver critérios para isso, senão o CMEI não consegue atender. A Conselheira Mônica entende e diz que não havia pensado nisso, e concorda que precisa pensar em critérios para não haver bagunça. A Conselheira Fátima acha bem importante a questão de que se a Família pode ficar com a criança meio período, mas concorda que deve ser determinado isso para o ano letivo, pois a lei permite período parcial. A Conselheira Marilza coloca que as famílias pedem bastante para poder retirar mais cedo, e coloca que tem a questão da alimentação também que precisa pensar, mas se a família pode ficar com a criança, isso é

bom. A Presidente Ana Lucia coloca que então esse pedido será estudado na Câmara, pois entra outras questões como a alimentação e o transporte, então precisa também analisar com os outros setores para ficar adequado. Segue para a próxima pauta sobre os processos de crianças, uma criança da Escola Acesso, que a família solicita a permanência da criança no Pré II, ele é de 20/08/2016 e deveria estar matriculado no 1º ano, é um aluno de inclusão e a solicitação foi encaminhada para o Departamento de Inclusão e Educação Especial, para ter uma análise das especialistas, antes de vim para o Conselho, o Departamento de Inclusão deu um parecer favorável para a permanência do aluno no Pré II. A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário a permanência desse aluno no Pré II, ninguém se manifesta. O próximo processo solicita a progressão da criança para o Pré II, de acordo com a data de nascimento a mesma deveria estar matriculada no Pré I, teve falha da Escola, mas ela ainda é de 2018, tem a declaração da Escola onde a criança frequentou por um período em 2018, e a família coloca a necessidade dessa criança ir para o Pré II, pois ela já fez toda uma caminhada e a turma que ela frequenta tem os colegas e isso pode trazer um prejuízo emocional para a criança. A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário que essa criança permaneça no pré II? A Conselheira Mônica pergunta qual é o desempenho da criança de acordo com o relatório pedagógico? Ele respalda? A Presidente Ana Lucia diz que sim, e lê a conclusão enviada pela escola: “Diante de todas as alegações apresentadas é certeza de que a aluna acompanha a turma, não apresenta prejuízos pedagógicos por conta de 16 dias de diferença da sua idade com a data corte sugerida, pedimos ao Conselho que considere todas as questões apresentadas pelo bem estar da criança e que a mesma permaneça na etapa em que se encontra visando o seu bem estar.” A Conselheira Mônica coloca que “o oposto também é prejudicial, eu já vi aluno que foi diagnosticado com altas habilidades e avançou a turma e ficou totalmente perdido, porque não tinha maturidade e não conseguia acompanhar o ritmo social da turma, mas como a criança em questão são somente 16 dias da data corte, eu voto para que ela siga, mas nos outros casos tinha que ter tido esse cuidado.” A Presidente Ana Lucia explica que quem pediu para avançar e a criança era de 2019, esses casos a legislação não deixa. A Conselheira Fátima coloca que quando a criança tem altas habilidades, superdotação e é aconselhado acelerar, essa criança já é avaliada e vista toda a questão emocional também, mas é apenas sugerido, é a escola, a família e a criança que fazem essa análise de que a criança tem adquirido esses conteúdos ou não. A Conselheira Mônica diz que viu um caso só, e achou que a criança ficou deslocada por ser mais nova que os outros. A Conselheira Fátima complementa que tem toda uma questão da escola fazer uma adaptação, e o professor que recebe não pode considerar essa criança com altas habilidades ou superdotação, tem que pensar que ela foi avançada e tudo para ela é novo e vai ter que aprender mesmo, é todo um caminhar. A Conselheira Mônica coloca que a inclusão ainda está caminhando e que altas habilidades é uma inclusão, e que foi há anos atrás que viu esse caso. A Conselheira Fátima coloca que é importante o que foi colocado pela Ana que estas

questões de reter ou aprovar, seja analisado por especialistas. A Conselheira Clície pergunta se a criança em questão de veria ir para o primeiro ano? A Presidente Ana Lucia responde que deveria estar no Pré I, mas foi matriculada no Pré II. A Conselheira Clície pede para que seja colocada uma ressalva para que esta criança seja acompanhada no primeiro ano, porque mesmo sendo 16 dias, quando trabalhava em escola e ainda não existia a data corte, a questão de dias dava diferença em desenvolvimento e maturidade muito grande, pois a criança tem o tempo dela e isso pode impactar, pois a etapa do primeiro ano é muito diferente da Educação Infantil. A Presidente Ana Lucia diz que é sempre colocado as recomendações e também que a família deve fazer os atendimentos que a Unidade solicita e a Unidade tem a responsabilidade maior de acompanhar essa criança. A Conselheira Clície coloca que essa criança torna-se de inclusão, não pelo diagnóstico, mas pela questão da idade que vai estar a frente. A Presidente Ana Lucia pergunta novamente se há alguém contrário. Ninguém se manifesta. A Próxima pauta é sobre , a partir do ano letivo de 2023 e também o Credenciamento para Oferta da Educação Infantil para a mesma, A Presidente Ana Lucia coloca que as análises foram feitas e todas as documentações correspondem, a licença sanitária e o corpo de bombeiros estão Ok, então pergunta se tem alguém contrário? A Conselheira Mônica pergunta referente ao que foi falado na última reunião presencial, sobre o grupo para fazer fiscalização nesses lugares, teria que organizar isso né? A Presidente Ana Lucia responde que: “para fiscalização sim, é feito fiscalização quando tem denúncia, mas não só, por exemplo: a Divisão de Estrutura faz a visita técnica e lá já têm Conselheiros, e por isso é importante ter a representação da Divisão de Estrutura, a gente tinha dois conselheiros, agora a gente tem uma indicação, mas precisa ter 2 para não ter que disponibilizar um Conselheiro que tenha que sair da sua unidade para acompanhar, a gente tinha uma da Educação Infantil e uma pessoa da Divisão de Estrutura, que estavam fazendo este acompanhamento, então quando vinha a gente já tinha esses dois Conselheiros que faziam e se desse algum problema, já trazia para o Conselho, agora com esta questão de reorganização precisamos verificar para ter ainda essas duas pessoas mesmo que seja por outro seguimento, dentro dessa comissão, aí sim, quando tiver a denúncia eu vou perguntar aqui quem são as pessoas que querem ir junto com a Divisão de Estrutura, para fiscalizar a denúncia feita, sobre a denúncia colocada pelo Sindicato ainda estamos aguardando o apontamento de qual Unidade que está acontecendo, porque ainda não veio.” A Conselheira Mônica disse que já pediu para o Castanho, mas ele não passou, mas que iria cobrar novamente. A Presidente Ana Lucia coloca que foi feito um encaminhamento pedindo a solução de 2013, foi lido na reunião passada, mas não veio o nome da Unidade que estava com problemas, uma escola do compra de vagas. A Conselheira Mônica pergunta se quando uma Unidade pede o credenciamento já vai uma equipe e faz toda a medição? E cita que já foi visitar algumas Escolinhas e eram extremamente pequenas, mas tinham o direito de funcionar. A Presidente Ana Lucia coloca que às vezes não são Escolas, são Centro de Recreação e nisso os pais tem que ter cuidado, pois é diferente, não

tem autorização para funcionar como Escola. A Conselheira Mônica pergunta se eles podem ter a metragem que quiserem? A Presidente Ana Lucia responde que está sendo estudado para que sejam colocados critérios, porque a SESA põe critérios e eles têm que respeitar. A Conselheira Fabíola pede a fala e diz que iria perguntar sobre os critérios, pois em Curitiba, antes do credenciamento já é feito uma inspeção na Unidade, com todos os critérios necessários, obedecendo a SESA. A Conselheira Delma explica como é feito na Divisão de Estrutura e coloca que são feitas visitas técnicas nas Unidades, nas salas, e é verificado se bate ou não com as exigências da SESA e na questão do Centro de Recreação, estão tentando padronizar e deixar mais adequado e dentro das especificidades que exigem, inclusive a Raquel está escrevendo uma orientação para que não aconteça isso e seja regularizado e faça parte da rede, pois muitos desses centros são clandestinos, tem senhoras que cuidam de crianças, muitas crianças dentro de uma casa, então está se tentando regularizar. A Conselheira Leila coloca que a Escola dela pretende ampliar o espaço, mas ainda não entrou com o pedido, pois é algo para metade do ano e: “O pessoal da Estrutura mesmo antes de entrar com o pedido e fazer a locação, eles já estiveram aqui olhando o espaço, fazendo as medidas e orientando se realmente poderia entrar com o pedido ou não, então eles são bem parceiros quando as escolas entram com o pedido ou até antes de entrar com a solicitação eles visitam o espaço e passam todas as orientações, dizem se dá ou não, e como que pode fazer, verificam as medidas e o tamanho ideal de cada sala, quantas salas fazer naquele espaço, são bem bacanas na visita técnica antes de entrar com o pedido.” A Presidente Ana Lucia complementa que essa comissão às vezes vai várias vezes na semana, porque tem vários pedidos, tem renovação, credenciamento ou renovação de autorização, que eles acompanham e isso precisa ser feito regularmente. A Presidente Ana Lucia pergunta se está aprovado a autorização de funcionamento e oferta da Educação Infantil para o CEI Riquezas da Vida, ninguém se colocou contra. A Presidente Ana Lucia coloca dois processos de Credenciamento e Autorização para Funcionamento e Oferta da modalidade EJA, a Escola Municipal Antonio Franco da Rocha e a Escola Municipal Celestina Scolaro Foggiatto, “já foi analisado a documentação, alguém contrário?” ninguém se manifestou contra. A Próxima pauta colocada são dois Pareceres referentes ao Programa compra de vagas, a Escola Pátio Educar e a Escola Educando para o Futuro, A Presidente Ana Lucia coloca que: “Foi eito análise e está com a documentação correta, não há nada contrário, há alguém contrário a esta aprovação?” Ninguém se coloca contrário. A última pauta é sobre as correspondências recebidas, a Presidente Ana Lucia coloca sobre o convite da Audiência Pública que aconteceu no dia 28/04, sobre o Processo de Escolha de Diretores e Diretores Auxiliares, Lei 940, “alguns grupos participaram alguns conselheiros estiveram presentes, foi um treinamento muito importante e produtivo para o nosso Município.” recebemos o ofício nº150/2023 da SEMED em resposta ao ofício nº029/2023, sobre o estudo que está sendo feito na Câmara de Educação Infantil, sobre o cargo de professor 40h na Educação Infantil, foi solicitado para a SEMED, já

foi feito um encaminhamento, e estamos no aguardo da resposta, pois é importante para os estudos da Câmara de Educação Infantil. A Próxima correspondência é um requerimento do Vereador Wellington que já foi respondido, a Presidente Ana Lúcia lê o requerimento que fala sobre uma postagem do SINSEP no facebook onde questionava-se o Secretário Aldrian, a Prefeita Nina, o Conselho Municipal de Educação na pessoa da Presidente Ana Lucia e o Vereador Wellington, acerca da validade do processo eleitoral realizado no dia 09/12/2023 pelo Conselho Municipal de Educação, o requerimento solicita o encaminhamento de algumas informações: Se há impedimento legal da Presidente Ana Lucia ter assumido o novo mandato em 2022/2026? e sobre a eleição para a vaga de suplente de professor da rede pública, pergunta se houve prévia divulgação frente aos professores da rede? E se o conselho seguiu os trâmites legais de acordo com a Lei 3.055/2018, resguardando a divulgação com antecedência e o cumprimento di dia da eleição conforme data e horário pré estabelecido? A Presidente Ana Lucia esclarece que já foi respondido e feito o encaminhamento da resposta da PGM para a Secretaria, para a Prefeita, e para o Vereador Wellington apresentar na Comissão de Educação, assim como já foi apresentado em reunião do Conselho também. Foram feitos esses encaminhamentos. A Ana Lucia coloca em tela o comprovante de pagamento da UNCME e diz que irá enviá-lo ao grupo também, pois para inscrição do evento dos Conselhos precisa ter o comprovante do pagamento, para São José dos Pinhais está liberado o número de Conselheiros, tanto do FUNDEB, quanto da Educação e até o de Alimentação, vão poder participar do evento, só precisa se inscrever, se puderem participar em pelo menos um dos dias, pois olhei as inscrições e São José dos Pinhais só tem uma inscrição, não tem problema fazer a inscrição e ir somente em um dia. A Conselheira Clície justifica em relação ao Fórum, colocando que nos dias 12 e 13 o Departamento de Educação Especial, terá formação e Seminário sobre Autismo e que ela conseguirá participar apenas no dia 14. A Presidente Ana Lucia responde OK e pede para que ela faça a inscrição. O Conselheiro Luiz informa que a Conselheira Marillette perguntou pelo chat se há algum cronograma do evento. A Presidente responde que tem sim e deve estar saindo amanhã, só está faltando algumas confirmações dos palestrantes. A Próxima correspondência é um e-mail que a Divisão de Estrutura encaminhou para o Conselho sobre a abertura oficial do Curso Brigada de Incêndio Escolar, colocando que será dividida em duas datas, CMEIs e Educação Especial, 03/04 as 08h e Escolas Municipais, SEMED, CME, dia 28/04 as 08h, ambas no auditório do SESC. A Presidente Ana Lucia coloca que chegaram algumas correspondências hoje, mas como estava sozinha na parte da manhã, não deu tempo de digitalizar, então coloca sobre a correspondência do PETI, (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), solicitando o cronograma de atividades do Conselho, e outra correspondência, do SINSEP sobre o encaminhamento autorizando o mesmo a fazer a eleição para composição do Fórum, dos representantes: Educador Social, Professor, Atendente e Agente administrativo, para ser feito através do Sindicato e só veio um nome para Educador Social, não

conseguiram compor os demais, então enquanto Conselho teremos que fazer um Edital, fazendo o chamamento, para compor urgente o Fórum Municipal de Educação para começar os estudos da pré- conferência e depois a nossa Conferência Fórum de Educação, foi encaminhado a ata também e não houve interessados das outras representações. A última correspondência é sobre a Portaria Nº 33/2023, com a correção do documento de indicação do Conselho, que eu havia encaminhado errado, estava 03 de 2021, e a inclusão dos dois setores que eram a Divisão de Estrutura e Funcionamento e do Programa de Aquisição de vagas, então já foi solicitado que fosse feito o encaminhamento dessas indicações. A Presidente Ana Lucia agradece a disponibilidade de todos e solicita para que os Conselheiros façam suas inscrições para participar em algum momento do Fórum, que vai acontecer no 3.16, Avenida das Torres, será um grande evento Nacional no Município, e coloca que a próxima reunião ficou para o dia 20/04 pois no dia 13/04, estará acontecendo o Fórum. A Conselheira Mônica coloca que há várias demandas no Sindicato sobre os questionamento dos professores PSS, e que estão tendo vários direitos deles subtraídos, dentro da Unidade, e cita o exemplo de uma denúncia de um professor que esta acompanhando um aluno de laudo, e não está tendo direito à permanência e 33%, “e nós enquanto Sindicato não temos essa autorização para deliberar em relação a esses profissionais, mas eles estão fazendo parte do nosso Município, do nosso quadro, então não sei se a SEMED tem que dar essas orientações, a SEMED não tem dado essas orientações, se são as Diretoras que estão se excedendo, só deixar esse alerta, que está acontecendo isso, essa demanda está chegando no Sindicato, está crescente e virando uma bola de neve, a qualquer momento isso pode estourar, não está sendo legal, pois são pessoas trabalhadoras e merecem ter os direitos deles respeitado, assim como nós.” A Presidente Ana Lucia pergunta para a Conselheira Mônica se ela consegue oficializar essa denúncia? Pois precisa oficial para poder fazer os questionamentos necessários. A Conselheira Mônica pergunta se envia para o Conselho? A Presidente Ana Lucia afirma que sim pode ser direto para o Conselho ou pode ser para a SEMED também. A Conselheira Mônica coloca que como não há vínculo com o Município, apenas um contrato, elas tem medo de se posicionar, mas elas tem direito sim a permanência. A Presidente Ana Lucia pede para que seja oficializado, para poder fazer os encaminhamentos necessários. A Conselheira Clicie coloca que a contratação de PSS é o mesmo regime de professor, e se ele está atuando como profissional de apoio, essa orientação de que ele não tem hora atividade, não parte do Departamento de Inclusão e Educação Especial, eu oriento que esses profissionais entrem em contato com o RH, o Fábio tem atendido vários PSS com muito zelo e presteza, eles não são mão de obra terceirizada, são PSS de suma importância para o Município, e há um respeito pela contratação e pela forma que eles foram contratados, deixo claro que o PSS é um professor. A Conselheira Mônica diz que é bom ouvir isso e o que pode estar acontecendo, talvez seja uma abuso da Diretora que está na Unidade que não está repassando a informação de forma correta, porque está sendo atribuída a SEMED essa

orientação de que a profissional por ser PSS não tem direito a permanência. A Conselheira Clície coloca que talvez a Diretora esteja mal informada e sugere que ela busque informação com o RH. A Conselheira Mônica coloca que foi solicitado para ele verificar hoje no Conselho o que pode ser feito por esses profissionais. A Conselheira Presidente, Ana Lucia coloca que nada impede de oficializar e pode ser encaminhado para a SEMED mesmo e eles já tomam as providências, mas quando acontece isso, é bom contar onde que está acontecendo, porque não são em todas as Unidades, é a primeira vez que estou ouvindo essa questão. A Conselheira Mônica diz que tem outras situações também e que não é de hoje que estão ouvindo. A Presidente Ana Lucia reforça o pedido para que o Sindicato oficialize essas denúncias, pode ser para a SEMED, ou para o Conselho, e será esclarecido. A Conselheira Mônica concorda. A Conselheira Fabíola também diz que acontece e não é pouco, e que não é a primeira vez, está muito comum entre os PSS, eles estão fazendo só o 33%, não fazem a hora atividade. A Conselheira Clície diz que isso deve chegar como uma denúncia, não apenas uma reclamação. A Conselheira Fabíola coloca que independente do regime o qual eles foram contratados, eles são professores, e acha que deve se dar mais atenção à isso. A Presidente Ana Lucia coloca novamente que por isso que as denúncias devem ser oficializadas, para que o Conselho possa verificar e conversar com a Secretaria, o Sindicato pode fazer direto para a Secretaria ou para o Conselho, que de alguma forma será resolvido. A Fabíola pergunta se não seria melhor, antes de qualquer denúncia a SEMED fazer um memorando orientando quanto a isso. A Presidente Ana Lucia responde que: “como vocês já fizeram a denúncia aqui, precisa oficializar, porque se acredita que está seguindo normalmente como professor, porque foi contratado como professor, então enquanto Conselho nós nunca recebemos essa denúncia e enquanto eu era pedagoga, na minha Unidade também não acontecia, e mesmo que o professor esteja acompanhado uma criança com laudo, ele também vai produzir alguma coisa para a criança, ele tem que se preparar, e precisa também ter esse momento, então para nós é novidade, precisamos que venha o documento oficializando, até para provar que está acontecendo, pois às vezes o Conselho manda e eles pensam que está inventando, cadê essas denúncias? É fofoca! E o Conselho não lida com fofoca, é denúncia, não precisa citar o nome, mas precisa ter pelo menos a Unidade que está acontecendo e se não quiser escrever formalmente no papel, depois informa para a gente poder tomar providências, porque não são em todas as Unidades que acontece isso.” A Conselheira Mônica diz que hoje a tarde ela já providencia tudo. A Conselheira Queila havia pedido a fala, mas informa que ficou curiosa para saber qual era a Unidade. A Conselheira Mônica responde que recebeu isso no grupo, onde é discutido todos os encaminhamentos, dúvidas, e veio essa denúncia e tem vindo não é de hoje, foi pedido para que hoje explorasse essa pauta aqui, então não chegou a citar qual Unidade, mas está acontecendo, e se chegou ao sindicato é porque a coisa está grande, pois as pessoas ficam quietas por um tempo. O Conselheiro Luiz contribui dizendo que chegou não apenas para a Mônica, a Fabíola também

confirmou, então quando chegar oficial para o Conselho vai ser apurado, e acha bem pertinente a fala da Mônica e da Fabíola. A Conselheira Queila coloca sobre a rotina do CMEI, e diz que no CMEI dela, (Vovó Rosária) na primeira semana eles não conseguiram dar a permanência e o 33%, mas conseguiu dar um momento de estudo para a pessoa se interar como funciona o trabalho e nesses primeiros dias tem deixado os PSS com as turmas, para aprender a rotina do local, “ pois não adianta na primeira semana, já deixar ali ou dar algo para o (a) professor (a) fazer e que não conheça a realidade, esse é o momento que a gente tem que usar de muita delicadeza e sensatez, porque se não for dessa forma, o professor desiste, então se não colocar direitinho, o professor faz a denúncia informal, porque fica com medo de ter o contrato rompido, ou desiste, aqui em nosso CMEI é feito assim o primeiro contato com o PSS, as duas Professoras que recebemos assim elas trabalhavam em áreas totalmente distintas da Educação, trabalhavam em empresas, então tiveram o contato com a parte de CMEI e escola lá no curso de formação, de pedagogia, então a gente precisa ter essa sensatez e dar esse momento para elas estudarem e se colocar a par de tudo o que está acontecendo nos CMEIs e Escolas nesse momento, aqui a gente faz assim, mas vai de escola para escola, CMEI para CMEI.” A Presidente Ana Lucia coloca que já havia encerrado a reunião, então algumas pessoas já saíram, “não podemos se prolongar.” A Conselheira Marilza faz a colocação de que no CMEI Otília Teixeira, receberam algumas professoras PSS, ao todo tem 12 (doze) “e elas são ótimas, estão fazendo um esforço bem grande as que vieram de outras áreas e estão cumprindo toda a carga horária da hora atividade, no início, como a Queila falou, houve um pouco de dificuldade, principalmente no período da manhã, porque estava faltando professor, mas conforme elas foram chegando a gente foi organizando e agora já está tudo certinho aqui.” A Presidente Ana Lucia coloca que chegando a denúncia, já irá colocar em pauta para a próxima reunião, para verificar se já foi resolvido, ou encontrar uma forma melhor de resolver esse problema, a próxima reunião será dia 20 de abril, A Presidente Ana Lucia coloca que é importante que as reuniões extraordinárias não serem longas, as pautas não são extensas e devem chegar sempre com antecedência. A Presidente Ana Lucia agradece a participação de todos (as) e deseja uma boa Páscoa.

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro esta ata que foi digitada por mim, e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is larger and more stylized, while the second is smaller and more compact.